

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EDITAL Nº 012/2023 - SGA - CHAMADA PÚBLICA PARA ACT

A Secretária Municipal de Gestão Administrativa, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Edital, as normas para Chamada Pública, a ser(em) realizada(s) para o cargo de **AUXILIAR DE APOIO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**, considerando a demanda variável de alunos, matriculados nas unidades de ensino, com necessidades especiais, que incluem o auxílio a atividades básicas diárias, como alimentação e mobilidade; considerando a garantia dos direitos destes e o cumprimento da legislação; considerando a criação da Comissão Especial de Avaliação para Preenchimento de Vagas da Educação Infantil e Educação Especial pelo Decreto Municipal n. 11.274/2023, que vem averiguando minuciosamente as vagas destinadas a esses alunos; considerando as inúmeras determinações judiciais advindas do Ministério Público para que o município disponibilize de forma imediata profissionais para atendimento aos alunos com necessidades especiais, torna-se imprescindível a contratação temporária de profissionais habilitados para suprir a demanda da rede municipal, em obediência aos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa de acordo com os itens a seguir discriminados:

1 – O Município de Balneário Camboriú pela Secretaria de Gestão Administrativa, através da Diretoria de Gestão de Pessoas, responsável pela operacionalização dos Editais de Chamamento, deverá proceder a Chamada Pública, considerando a demanda variável de alunos, matriculados nas unidades de ensino, com necessidades especiais, que incluem o auxílio a atividades básicas diárias, como alimentação e mobilidade; considerando a garantia dos direitos destes e o cumprimento da legislação; considerando a criação da Comissão Especial de Avaliação para Preenchimento de Vagas da Educação Infantil e Educação Especial pelo Decreto Municipal n. 11.274/2023, que vem averiguando minuciosamente as vagas destinadas a esses alunos; considerando as inúmeras determinações judiciais advindas do Ministério Público para que o município disponibilize de forma imediata profissionais para atendimento aos alunos com necessidades especiais, torna-se imprescindível a contratação temporária de profissionais habilitados para suprir a demanda da rede municipal. Estes exercerão suas atividades laborais junto ao quadro do Município, em caráter temporário, conforme disposto na Lei Municipal nº. 1.913/99.

2 – A Chamada Pública se realizará para convocação do seguinte profissional, **AUXILIAR DE APOIO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL**, que tiver, interesse em assumir as vagas que serão disponibilizadas, dentro de suas habilitações, respeitando todos os critérios e pré-requisitos previstos neste Edital:

CARGO	HABILITAÇÃO PROFISSIONAL*
AUXILIAR DE APOIO PEDAGÓGICO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL	Ensino Médio completo com habilitação em Magistério.

* Considerar-se-á habilitado o candidato portador de diploma em nível superior de Pedagogia, conforme decisão (REsp 1888049/CE) do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

2. 1 – As atribuições do cargo de Auxiliar de Apoio Pedagógico em Educação Especial estão previstas na Lei Municipal nº 3428/2012 (Plano de Cargos , Carreira e Remuneração).

3 – A Divisão de Gestão de Pessoas, divulgará o ato convocatório com o quadro de vagas, carga horária, unidade de trabalho e o motivo da contratação, na Prefeitura Municipal situada na Rua Dinamarca, 320 – Bairro das Nações – Balneário Camboriú e no site da Prefeitura Municipal (<https://www.bc.sc.gov.br/editais.cfm>) ou qualquer outro meio hábil à publicidade do ato.

4 – O ato convocatório será divulgado com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e poderá ocorrer de segunda a sexta-feira em horário determinado na publicação.

5 – Os interessados deverão dirigir-se na data e horário que serão divulgados no ato convocatório (não será permitida a entrada e participação de candidatos após o horário estabelecido), obrigatoriamente munidos de **ORIGINAIS E CÓPIAS:**

- Documentos pessoais com foto (CNH, RG, CTPS);
- CPF;
- Comprovação de sua habilitação de escolaridade;
- Certidão de nascimento ou registro de identificação de filhos menores de 14 anos 11 meses e 29 dias.

6 – Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga, serão obedecidos os seguintes critérios:

6.1 – Somente profissionais habilitados conforme a exigência do presente edital;

6.2 – Maior titulação (graduação, especialização, mestrado, doutorado), sendo considerado apenas 1 (um) título por categoria de titulação. Para fins de critério de desempate, não será aceita a titulação que habilitou o candidato ao cargo pretendido.

6.3 – Persistindo a igualdade, aplicar-se-á para o desempate a idade mais elevada;

6.4 - Persistindo o empate será adotado o critério de maior número de filhos abaixo de 14 anos 11 meses e 29 dias.

7 – O resultado do Ato Convocatório do Edital de Chamada Pública nº 012/2023 SGA será publicado **no site da Prefeitura (<https://www.bc.sc.gov.br/editais.cfm>) em até 48 horas**, juntamente com o local, data e horário para a entrega da documentação (constante no anexo 1 do Edital de Chamada Pública) para a(s) vaga(s) que será(ão) oferecida(s) neste dia. Caso o candidato não cumpra o prazo estará desclassificado, pois trata-se de uma necessidade emergencial da Secretaria de Gestão Administrativa, com início imediato das atividades.

8 – Ressalta-se que, a publicação de ato convocatório de chamada pública pela Secretaria de Gestão Administrativa ocorre em razão da demanda variável de alunos, matriculados nas unidades de ensino, com necessidades especiais, que incluem o auxílio a atividades básicas diárias, como alimentação e mobilidade, da garantia dos direitos destes e do cumprimento da legislação, da criação da Comissão Especial de Avaliação para Preenchimento de Vagas da Educação Infantil e Educação Especial pelo Decreto Municipal nº. 11.274/2023, que vem averiguando minuciosamente as vagas destinadas a esses alunos e das inúmeras determinações judiciais advindas do Ministério Público para que o município disponibilize de forma imediata profissionais para atendimento aos alunos com necessidades especiais, tornando-se imprescindível a contratação temporária de profissionais habilitados para suprir a demanda da rede municipal.

9 - A inassiduidade determinará a rescisão do contrato de trabalho.

10 – O servidor poderá ser remanejado de horário e local de trabalho de acordo com a necessidade do Município.

11 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Balneário Camboriú, 11 de outubro de 2023.

JULIANA SERRÃO KURTH DAMAZIO
Secretária de Gestão Administrativa
Portaria nº 28.693/2022

ANEXO 1 – REQUISITOS e DOCUMENTOS PARA CONTRATAÇÃO:

Devem ser apresentadas CÓPIAS SIMPLES E OS ORIGINAIS dos seguintes documentos pessoais:

- a. Original e cópia da Carteira de identidade, CPF e Título de Eleitor (não será aceita apenas CNH);
- b. Original e cópia do PIS/PASEP e CTPS com o n.º de série e data de emissão (ou CTPS digital, se for o caso);
- c. Original e cópia do Certificado de reservista (se masculino);
- d. Original e cópia do comprovante de residência em nome do contratado, pai, mãe, cônjuge legal ou declaração de residência em nome do proprietário autenticada em cartório;
- e. Cópia da Declaração de Imposto de Renda, completa e com recibo (quando declarante);
 - *No caso de pais como dependentes para fins de Imposto de Renda, apresentar cópia do CPF e RG dos mesmos.*
- f. Uma (01) foto 3x4 atualizada;
- g. Original e cópia do Comprovante de nível de escolaridade exigido para o cargo, conforme edital;
- h. Original e cópia do Comprovante de Inscrição no respectivo Conselho de Classe, quando exigido;
- i. Atestado de Saúde Ocupacional (emitido por médico inscrito no CREMESC, sendo ele especialista ou não em nenhum das áreas médicas, inclusive da Medicina do Trabalho) – sendo este de responsabilidade do candidato;

Documentos de dependentes (originais e cópias simples) :

- j. Original e cópia da Certidão de Casamento ou União Estável (se for o caso);
- k. Cópia da Carteira de identidade e CPF do cônjuge/companheiro(a);
- l. Original e cópia da Certidão de Nascimento de filhos;
- m. Cópia da Carteira de identidade e CPF do(s) filho(s).

Certidões :

- n. Certidão de quitação com as obrigações eleitorais e de estar em pleno gozo dos direitos políticos
 - Disponível no cartório eleitoral ou através do endereço eletrônico:
<https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral>;
- o. Certidão negativa de PRIMEIRO GRAU dos distribuidores criminais das Justiças Federal e Estadual onde tenha residido nos últimos 3 (três) anos – exceto para candidatos que residiram/residem nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná:
 - Disponível através do endereço eletrônico: <https://www.cjf.jus.br/cjf/certidao-negativa>
- p. Certidão criminal federal :
 - Disponível em: <https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>;

q. Certidão criminal estadual de PRIMEIRO GRAU de Santa Catarina:

- Disponível em: <https://certidoes.tjsc.jus.br/>;

Candidatos de fora do Estado de Santa Catarina, devem apresentar as certidões criminais federal e estadual de seu estado de residência junto às certidões de Santa Catarina.

r. Comprovante de Situação Cadastral no CPF regular:

- Disponível no site da Receita Federal em:

<https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp>

s. Comprovante de qualificação cadastral do e-Social (com a impressão do Resultado da Consulta, em que consta a mensagem "Os dados estão corretos"): ▪ Disponível em:

<http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml>

Em caso de alteração de nome, por casamento, divórcio ou qualquer outro fator gerador, em todos os documentos deverá constar o nome atualizado, sob pena de falsidade ideológica, nos termos do art. 299 do Código Penal.

Declarações disponíveis no ato da entrega da documentação:

- t. Declaração de isenção de Imposto de Renda (se for o caso);
- u. Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades previstas no artigo 137 e seu parágrafo único, da lei federal nº. 8.112/90 e na legislação correspondente dos estados e municípios;
- v. Declaração de acumulação legal de cargo Público, constando o cargo, carga horária, local de trabalho;
- w. Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego público ou percepção de proventos;
- x. Informações bancárias: Agência e Conta no Banco Itaú – Caso o candidato não possua conta no Banco Itaú, será disponibilizada posteriormente a declaração para abertura de conta.